



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA

---

**PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE  
ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO/2021**

**INSTRUÇÕES**

- **CONFIRA** se seu caderno de prova contém um **10 páginas**, com **25 questões objetivas**, além de uma **FOLHA DE RESPOSTAS**.
- Preencha os dados no cabeçalho da FOLHA DE RESPOSTAS e **assine onde for requerido**.
- **A prova objetiva será corrigida exclusivamente pela FOLHA DE RESPOSTAS.**
- Utilizar caneta de **tinta azul ou preta**. Não serão corrigidas marcações feitas a lápis ou lapiseira.
- Não é permitida a consulta em qualquer material impresso: apostilas, livros, exercícios, etc.
- É vedado o uso de *notebook*, *pager*, *palm top*, celular ou qualquer meio de comunicação eletrônica. Esses aparelhos devem permanecer desligados e guardados
- É vedado o empréstimo ou troca de materiais entre os candidatos ou qualquer forma de comunicação entre eles.
- Durante a realização das provas, as bolsas e demais objetos devem ficar guardados (embaixo da carteira ou em local separado), sob pena de não ser entregue a prova ou de ser retirada.

**Marabá/PA, 22 de outubro de 2021.**



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA

---

**QUESTÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

**1) Uma das classificações das normas constitucionais quanto a sua aplicabilidade foi proposta por José Afonso da Silva. Segundo a classificação desse autor, entende-se por norma constitucional de eficácia contida aquela que possui aplicabilidade**

A) direta e imediata, produzindo de logo todos os seus efeitos, os quais, no entanto, podem ser limitados por outras normas jurídicas, constitucionais ou infraconstitucionais.

B) direta, imediata e integral, não estando sujeita a qualquer tipo de limitação infraconstitucional.

C) indireta e mediata, vez depender a sua plena efetividade de regulamentação infraconstitucional.

D) direta, imediata e integral, competindo ao Poder Público apenas regradar a forma de seu exercício por meio de normas administrativas infralegais, vedada qualquer limitação.

E) indireta e mediata, vez depender a sua plena efetividade da aplicação de outras normas constitucionais.

**2) A respeito dos princípios fundamentais e dos direitos e das garantias fundamentais, assinale a opção correta.**

A) Por constituírem direitos relativos às pessoas naturais, os direitos e garantias fundamentais não são extensíveis às pessoas jurídicas.

B) Enquanto os direitos civis e políticos se baseiam em abstenções por parte do Estado, os direitos sociais pressupõem prestações positivas do Estado.

C) De acordo com o STF, um direito fundamental constitucionalmente previsto possui caráter absoluto e se sobrepõe a eventual interesse público.

D) A adoção da federação como forma de Estado pela CF é embasada na descentralização política e na soberania dos Estados-membros, que são capazes de se auto-organizar por meio de suas próprias constituições.

E) Em relação aos direitos políticos, o mandado de segurança coletivo e o habeas corpus são formas de exercício direto da soberania popular, como previsto na CF.

**3) Com base nas normas constitucionais que versam sobre direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta acerca do direito de nacionalidade.**



**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA**

---

- A) A perda da nacionalidade brasileira em razão do reconhecimento de outra nacionalidade originária não se dá automaticamente.
- B) É proibida qualquer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, os quais são detentores dos mesmos direitos e deveres previstos na Constituição Federal de 1988.
- C) Configura-se a denominada nacionalidade adquirida no caso em que o indivíduo nascido no estrangeiro, filho de pai ou mãe brasileiros, passa a residir no Brasil e opta pela nacionalidade brasileira depois de ter atingido a maioridade.
- D) Tanto a nacionalidade primária quanto a nacionalidade secundária dependem da vontade do indivíduo, que tem a liberdade de aceitar ou não o vínculo jurídico-positivo que o liga ao Estado brasileiro.
- E) Na determinação da nacionalidade primária, no Brasil se adota com primazia o *jus solis* (vínculo de territorialidade), mas também se admitem o *jus matrimoniale* (vínculo de casamento) e o *jus sanguinis* (vínculo de sangue).

**QUESTÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

**4) Quanto ao ato administrativo praticado no exercício da competência discricionária, é correto afirmar que:**

- A) Não é passível de controle judicial, administrativo ou legislativo.
- B) Pode ser apreciado judicialmente, desde que sobre o mérito.
- C) Pode ser revogado pelo Judiciário ou Legislativo quando inadequado ou inoportuno.
- D) Pode ser passível de apreciação judicial quanto aos aspectos da legalidade.

**5) Sobre os bens públicos, é correto afirmar que:**

- A) Os bens de domínio público são os que se destinam especialmente à execução dos serviços públicos e não podem ser alienados.
- B) Os bens dominiais, ou dominicais, são bens pertencentes ao patrimônio disponível da Administração Pública e podem ser alienados.
- C) Os bens de uso especial são restritos aos destinados às instalações do Poder Judiciário.
- D) Os bens de uso comum e os de uso especial não podem ser vendidos mesmo se forem desafetados.



**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA**

**6) Prazos processuais diferenciados; impenhorabilidade de seus bens; benefício de prazo prescricional especial e imunidade tributária relativa a impostos são exemplos de prerrogativas ou privilégios**

- A) das empresas públicas.
- B) de todas as entidades da Administração Pública indireta.
- C) das fundações.
- D) das autarquias.

**QUESTÕES DE DIREITO CIVIL**

**7) Acerca do início da existência legal das pessoas jurídicas de direito privado, assinale a opção correta.**

- A) A pessoa jurídica de direito privado passa a existir a partir da data da inscrição do seu ato constitutivo no respectivo registro, desde que previamente autorizado pelo Poder Judiciário.
- B) O registro da pessoa jurídica de direito privado deve conter, obrigatoriamente, a denominação, os fins, a sede, o tempo de duração e o fundo social, quando houver.
- C) O ato constitutivo da pessoa jurídica de direito privado não é reformável no tocante a sua administração.
- D) O registro da pessoa jurídica de direito privado deve conter o nome de seus fundadores, e, opcionalmente, pode conter o nome de seus instituidores e diretores.
- E) Dispensa-se, em qualquer caso, prévia aprovação do Poder Executivo para que pessoa jurídica de direito privado passe a existir legalmente.

**8) É correto afirmar sobre as Pessoas Naturais:**

- A) Os pródigos são absolutamente incapazes
- B) Os menores de 16 anos são considerados relativamente incapazes para os atos da vida civil.
- C) A pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil, a partir dos 16 anos completos.
- D) Aquele que, por causa transitória, não puder exprimir sua vontade será considerado incapaz, relativamente a certos atos ou à maneira exercê-los.

**9) Frederico, órfão de pai e mãe, concluiu e colou grau em curso superior de Sociologia com 16 anos de idade, por conta da sua inteligência acima da média. Em**



**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA**

razão da herança obtida de seus pais, é proprietário de uma casa e pretende vendê-la para comprar um apartamento. Considerando que ele tem hoje 17 anos incompletos, acerca do caso hipotético relatado, pode-se afirmar corretamente que Frederico:

- A) poderá vender a casa, tendo em vista que é capaz para os atos da vida civil.
- B) somente se obtiver a emancipação dada por algum parente maior e capaz, poderá vender a casa.
- C) não poderá vender a casa, pois é absolutamente incapaz.
- D) deverá aguardar completar os 18 anos para vender a casa, pois ainda é relativamente incapaz.

**QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**10) O novo Código de Processo Civil (CPC) estabeleceu algumas inovações no sistema jurídico. Dentre as inovações está o art. 9º, que estabelece que “Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida”. O próprio Código estabelece exceções a esta regra, previstos nos incisos I, II e III do parágrafo único do art. 9º.**

**Com base nisso, assinale a alternativa que indica uma hipótese NÃO prevista como exceção à regra estabelecida no art. 9º do CPC:**

- A) Tutela provisória de urgência.
- B) Alegações de fato que puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.
- C) Em ação cautelar autônoma.
- D) Em ação monitória sendo evidente o direito do autor.

**11) Caixa Econômica Federal ingressou, na Vara Federal Cível da Subseção de Marabá, com uma ação monitória em face de Carlos, observando o procedimento comum. Carlos é regularmente citado para oferecer resposta. Com base nas modalidades de citação previstas pelo Direito Processual Civil, assinale a alternativa correta:**

- A) Se o Oficial de Justiça, após comparecer três vezes ao local, não conseguir citá-lo, mas fizer suspeita de que Carlos se oculta, será feita a citação por edital.
- B) Se a citação ocorrer por meio eletrônico e seu conteúdo não for acessado no prazo de dez dias, deverá ocorrer a citação ficta do réu.
- C) Se Carlos for pessoa incapaz, não será cabível a citação feita pelo correio.



**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA**

D) Se for necessário realizar a citação em comarca contígua, deverá ser expedida carta precatória para que o juízo deprecante realize a citação.

**12) São condições para o regular exercício da ação, de acordo com o Novo Código de Processo Civil:**

- A) Interesse de agir e competência do juízo.
- B) Legitimidade “*ad processum*” e possibilidade jurídica do pedido.
- C) Possibilidade jurídica do pedido e competência do juízo.
- D) Legitimidade “*ad causam*” e interesse de agir.

**13) Na atuação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica, é imprescindível que:**

- A) a demanda verse sobre interesse de incapaz, sobre litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana ou sobre interesse público ou social.
- B) a fazenda pública seja parte no processo.
- C) seja oferecido parecer, sem o qual não será dado seguimento ao processo.
- D) seja aplicado o benefício da contagem do prazo em dobro, ainda que em prazos próprios.

**QUESTÕES DE DIREITO PENAL**

**14) Em determinado período de escassez de água, em razão da ausência de chuvas, entrou em vigor nova lei penal que tornou crime a conduta de lavar carros e calçadas enquanto perdurasse o período de racionamento de água. Diante desse caso hipotético, é CORRETO afirmar que a referida legislação é um exemplo de lei penal:**

- A) retroativa.
- B) temporária.
- C) intermediária.
- D) excepcional.
- E) exculpante.

**15) Assinale a alternativa CORRETA:**

**Em relação às espécies de penas aplicadas pelo Direito Penal, tem-se:**

- A) privativa de liberdades, restritivas de direitos e de multa.



**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA**

---

- B) privativa de liberdades e de multa.
- C) privativa de liberdade, restritiva de direitos, cesta básica e de multa.
- D) privativa de liberdade, trabalho forçado e de cesta básica
- E) privativa de liberdades e restritivas de direitos

**16) Marcos conta a Laura que tem intenção de matar Lucas e pede opinião da amiga. Laura, que secretamente desejava a morte dessa mesma pessoa, incentiva que Marcos pratique delito de homicídio contra Lucas. Influenciado pelas palavras de Laura, Marcos chama Lucas para sair com o objetivo de matá-lo. Todavia, poucas horas antes, Marcos desiste e manda mensagem para Lucas desmarcando o encontro.**

**Nessa hipótese, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) Marcos e Laura devem responder por tentativa de homicídio praticado em concurso de pessoas.
- B) Nem Marcos nem Laura poderão ser responsabilizados penalmente.
- C) Apenas Marcos deve responder por tentativa de homicídio.
- D) Caso Marcos viesse, efetivamente, a matar Lucas, Laura poderia ser considerada coautora do delito.
- E) Apenas Laura deve responder pelo delito de tentativa de homicídio, a título de participação, pois Marcos beneficia-se da desistência voluntária

**QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**17) Acerca do inquérito policial, assinale a opção CORRETA:**

- A) É peça indispensável à propositura da ação penal, tendo em vista que se destina a apurar a autoria e materialidade do crime.
- B) Os vícios existentes no inquérito policial acarretam nulidades na ação penal subsequente.
- C) No inquérito policial, devem ser observadas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, sendo indispensável a assistência de advogado ao indiciado.
- D) Considerando que a autoridade instauradora do inquérito policial é o delegado de polícia, o seu arquivamento deve ser realizado em sede policial.
- E) Arquivado o inquérito policial por falta de provas, a autoridade policial poderá, enquanto não se extinguir a punibilidade pela prescrição, proceder a novas pesquisas e diligências, desde que surjam novas provas.

**18) Assinale a alternativa CORRETA:**



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA

**O acordo de não persecução penal, previsto no art. 28-A do Código de Processo Penal, não se aplica, dentre outras hipóteses, no caso de:**

- A) reparação do dano ou restituição da coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo.
- B) ter sido o agente beneficiado nos 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo.
- C) renúncia voluntária a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime.
- D) prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos.
- E) ter o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal.

**19) Acerca do acordo de não persecução penal, previsto no art. 28-A do Código de Processo Penal, assinale a alternativa CORRETA:**

- A) Recusada a homologação, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para o oferecimento incondicional da denúncia.
- B) O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado também não poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de outros benefícios previstos em lei.
- C) A celebração e o cumprimento do acordo de não persecução penal, após firmado, passará a constar de certidão de antecedentes criminais do investigado.
- D) No caso de recusa, por parte do Ministério Público, em propor o acordo de não persecução penal, o investigado será denunciado, no prazo de 15 (quinze) dias, se estiver solto ou afiançado.
- E) A vítima será intimada da homologação do acordo de não persecução penal e de seu descumprimento.

### QUESTÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO

**20) Em relação ao descrito na Lei 6.830/80, que dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, marque a alternativa correta.**

- A) A Dívida Ativa da União será apurada e inscrita na Justiça Federal.
- B) A garantia da execução, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia, produz os mesmos efeitos da penhora.
- C) O executado oferecerá embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação da penhora.
- D) O despacho do Juiz, que ordenar a citação, suspende a prescrição.



**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA**

---

**21) São hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, de acordo com o art. 151 do CTN (Código Tributário Nacional).**

- A) Compensação.
- B) Transação.
- C) Pagamento.
- D) Parcelamento.

**22) De acordo com as hipóteses abaixo descritas, assinale a alternativa que NÃO indica uma espécie tributária.**

- A) Taxas.
- B) Impostos.
- C) Multas.
- D) Contribuições de melhoria.

**QUESTÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

**23) Analise e julgue as afirmações a seguir acerca da qualidade de segurado do RGPS:**

I – Se o aposentado voltar a exercer atividade remunerada abrangida pelo RGPS, será segurado obrigatório em relação a essa atividade e, por isso, pagará a respectiva contribuição previdenciária nos termos do PCSS.

II – Segurado empregado é aquele que mantém relação de emprego de natureza urbana, já que os trabalhadores rurais são necessariamente segurados especiais.

III – É segurado obrigatório da previdência social o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.

IV – É segurado facultativo da previdência social aquele que presta serviço no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a elas subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, inclusive o não-brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular.

**Está correto apenas o que se afirma nos itens:**



**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA**

---

- A) I e II
- B) II e III
- C) I e III
- D) III e IV
- E) I, III e IV

**24) Assinale a alternativa CORRETA acerca do período de graça.**

Mantém a qualidade de segurado, mesmo sem o pagamento de contribuições:

- A) até 18 (dezoito) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.
- B) sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício, exceto do auxílio-acidente.
- C) até 6 (seis) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso.
- D) o segurado em gozo de auxílio-acidente a partir de 12 (doze) meses após a cessação das contribuições.
- E) até 6 (seis) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.

**25) Concernente aos requisitos para a concessão dos benefícios previdenciários, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) Para obter o deferimento de aposentadoria por invalidez, o requerente precisa comprovar sua qualidade de segurado da previdência social, assim como sua invalidez total e permanente para o exercício de atividades laborativas, somadas à suscetibilidade de readaptação profissional.
- B) É devido auxílio-doença para o segurado recluso em regime fechado.
- C) Para o recebimento de pensão por morte há que se comprovar a dependência econômica em relação ao *de cujus*, bem como a qualidade de segurado da previdência social do(s) dependente(s) que pleitearem o benefício.
- D) O salário-maternidade é devido à segurada da previdência social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.
- E) Ao segurado ou segurada da previdência social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 60 (sessenta) dias.